



Processo nº 10660.903447/2013-45

Recurso Voluntário

Resolução nº **3302-002.739 – 3^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 2^a Turma
Ordinária**

Sessão de 29 de fevereiro de 2024

Assunto SOBRESTAMENTO

Recorrente LEGGETT & PLATT DO BRASIL LTDA.

Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, sobrestrar o feito na Unidade de Origem, até decisão definitiva nos autos do processo administrativo nº 10660.721523/2014-87.

(documento assinado digitalmente)

Lázaro Antonio Souza Soares - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mariel Orsi Gameiro - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Jose Renato Pereira de Deus, Aniello Miranda Aufiero Junior, Denise Madalena Green, Francisca Elizabeth Barreto (suplente convocado(a)), Mariel Orsi Gameiro, Flavio Jose Passos Coelho (Presidente). Ausente o conselheiro Celso Jose Ferreira de Oliveira substituído pela conselheira Elizabeth Barreto.

Relatório

Por bem descrever os fatos e o direito aqui discutido, adoto relatório constante à decisão de primeira instância:

Em 04/09/2014, foi emitido o Despacho Decisório eletrônico à fl. 113 que, do montante do crédito solicitado/utilizado de R\$ 420.069,90 referente ao 3º trimestre-calendário de 2011, nada reconheceu e, sendo o demonstrativo de créditos informado no PER/DCOMP nº 03944.97327.131211.1.1.01-9042, não homologou as compensações declaradas no PER/DCOMP nº 12232.36674.131211.1.3.01-3527 e outros. Motivos do não reconhecimento do valor pleiteado: a) constatação de que o saldo credor passível de resarcimento é inferior ao valor pleiteado; b) redução do saldo credor do trimestre, passível de resarcimento, resultante de débitos apurados em procedimento fiscal. As planilhas de análise de crédito e o detalhamento da compensação de débitos estão disponíveis para consulta no sítio da internet da Receita Federal do Brasil e às fls. 114/115 dos autos. Também consta no sítio da internet da RFB, o relatório de fiscalização e a planilha de notas fiscais de saída sem lançamento de IPI, partes integrantes do auto de infração relativo ao processo nº 10660.721523/2014-87. A interessada teve ciência do ato decisório em 15/09/2014, conforme AR (fl. 118).

Inconformada com a decisão administrativa, a requerente apresentou, em 13/10/2014, manifestação de inconformidade (fls. 02/08) subscrita pelos patronos da empresa (procuração à fl. 13), em que, em síntese, sustenta que: O resultado do pleito em análise depende da discussão travada nos autos do processo nº 10660.721523/2014-87, portanto os processos devem ser reunidos por apensamento para julgamento simultâneo; ou, pelo menos, deve ocorrer o sobrestamento deste caso até o julgamento definitivo do auto de infração. A reunião dos processos é imprescindível para que haja o julgamento simultâneo dos processos, sendo assim evitada a prolação de decisões incoerentes e danosas à requerente.

Há, inclusive, o conceito de conexão por continência de que tratam os arts. 104 e 105 do Código de Processo Civil: "Art. 104. Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras. Art. 105. Havendo conexão ou continência, o Juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente." O Regimento Interno do CARF autoriza expressamente o julgamento conjunto de processos administrativos correlatos "Art. 58. (...) § 8º Os processos que versem sobre a mesma questão jurídica poderão ser julgados conjuntamente quanto à matéria de que se trata, sem prejuízo do exame e julgamento das matérias e aspectos peculiares." Acerca da reunião de processos há decisões do antigo Conselho de Contribuintes e do CARF. Quanto ao sobrestamento do presente processo, a ser aplicado alternativamente, até a conclusão do processo nº 10660.721523/2014-87, há menção no art. 265, IV, "a", do CPC: "Art. 265. Suspende-se o processo: (...) IV. quando a sentença de mérito: a. depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua objeto principal de outro processo pendente." Concernentemente ao sobrestamento, há decisões do STJ e do antigo Conselho de Contribuintes. O apensamento ou o sobrestamento atende também ao princípio da eficiência aplicável aos processos administrativos. Por fim, requer que seja julgada integralmente procedente a manifestação de inconformidade, com o apensamento do presente processo ao processo nº 10660.721523/2014-87, em razão da conexão por continência; que, alternativamente, seja determinado o sobrestamento do presente processo até o desfecho do processo de exigência fiscal.

A manifestação de inconformidade foi julgada pela 21^a Turma da DRJ08, em 24 de fevereiro de 2021, mediante Acórdão 108-010.201, que entendeu pela improcedência da manifestação de inconformidade, nos termos da seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI Período de apuração: 01/07/2011 a 30/09/2011 PER/DCOMP. DESPACHO DECISÓRIO. FALTA DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO NAS SAÍDAS. ERRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL E DE ALÍQUOTA. AUTO DE INFRAÇÃO. É devido o imposto não lançado nas saídas de artefatos com erro de classificação fiscal e de alíquota, consoante elementos probatórios que informam o auto de infração lavrado em procedimento fiscal, cuja apreciação configura antecedente lógico ao exame do PER/DCOMP. **ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL** Período de apuração: 01/07/2011 a 30/09/2011 SOBRESTAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. Inexiste previsão legal para o sobrestamento de julgamento de processo, sendo que, à luz do princípio da oficialidade, os processos administrativos devem ser sempre impulsionados de ofício; no máximo, sendo o caso de auto de infração anterior, o processo relativo a PER/DCOMP deve aguardar o deslinde da análise do mérito daquele. Manifestação de Inconformidade Improcedente Direito Creditório Não Reconhecido

O contribuinte apresentou Recurso Voluntário, de forma tempestiva, no qual reitera os argumentos dispostos em sede de manifestação de inconformidade.

É o relatório.

Voto

Conselheira Mariel Orsi Gameiro, relatora.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo integral conhecimento.

Cinge-se a controvérsia em glosa de crédito oriundo do Pedido de Ressarcimento n.º 03944.97327.131211.1.1.01-9042, no valor de R\$ 420.069,90, bem como sobre as Declarações de Compensação n.ºs 12232.36674.131211.1.3.01-3527, 03983.37734.250112.1.3.01-7203 e 24926.99367.230212.1.3.01-3708, apresentados pela Recorrente para requerer o reconhecimento e compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apurados no 3º trimestre de 2011 com débitos de outros tributos federais relativos ao período de novembro de 2011 a janeiro de 2012.

Respectiva glosa foi efetuada pela fiscalização tendo como base auto de infração lavrado para exigência de débitos de IPI relacionados aos anos-calendário de 2011 e 2012 (classificação fiscal), constantes ao Processo Administrativo n.º 10660.721523/2014-87. Diante das supostas irregularidades constatadas pela d. fiscalização, a escrita fiscal da Recorrente foi reconstituída, de forma que seus créditos de IPI foram reduzidos, ocasionando, assim o indeferimento do Pedido de Ressarcimento e a não homologação das Declarações de Compensação.

Sem delongas, penso que o deslinde da controvérsia demanda o julgamento e decisão definitiva do processo originário da recomposição da escrita fiscal da recorrente, tendo em vista auto de infração relacionado ao tributo, períodos e apuração contidos em todos os processos administrativos reflexos, tal como o presente.

Há evidente relação de prejudicialidade com o Processo Administrativo n.º 10660.721523/2014-87, que é justamente o auto de infração supramencionado.

Segundo Dinamarco, a prejudicialidade é uma relação entre duas ou mais situações jurídicas, consubstanciada na influência que o julgamento da causa prejudicial poderá ter sobre o da prejudicada, com a extensão dos efeitos da sentença – e não a autoridade da coisa julgada, a todos envolvidos nas referidas situações.

Ou seja, se há correlação entre as situações jurídicas, não há que se limitar a relação de prejudicialidade, o desenvolvimento lógico da afirmativa se dá pela direta influência da temática debatida entre um e outro, partindo-se tão somente dela, e não do instrumento pelo qual ela é disposta.

Nesse sentido, o julgamento do presente processo pode ocasionar grande discrepância em relação ao resultado do auto de infração que teve a recomposição da escrita fiscal de IPI.

Não só presente no novo regimento interno do CARF, para determinados casos, a figura do sobrerestamento também é utilizada no Tribunal Administrativo mediante aplicação subsidiária dos artigos 15 e 1.037, ambos do Código de Processo Civil.

Fl. 4 da Resolução n.º 3302-002.739 - 3^a Sejul/3^a Câmara/2^a Turma Ordinária
Processo n.º 10660.903447/2013-45

Vejo que a existência, ainda pendente de decisão final, de discussão administrativa em processo “matriz” sobre o tema aqui presente, é prejudicial, configurada a relação de prejudicialidade às glosas aqui debatidas, sendo necessário o sobrerestamento do feito.

E, portanto, pelo exposto, voto pelo sobrerestamento do feito na Unidade de Origem, até decisão definitiva nos autos do Processo Administrativo nº 10660.721523/2014-87.

É como voto.

Mariel Orsi Gameiro